

Industrialização restrita e condição operária: os têxteis na Paraíba*

Jacob Carlos Lima**

"É um sinal dos tempos"¹.

São vários os sinais dos tempos. Se, há um século atrás, a indústria têxtil representava a industrialização, a modernidade e, concentrava o nascente proletariado urbano, hoje, no mesmo lugar em que inicialmente se desenvolveu, praticamente desapareceu. Fim da indústria têxtil? Não, apenas sua redistribuição espacial no âmbito do capitalismo mundial, na divisão internacional do trabalho.

As mudanças tecnológicas e organizacionais resultaram em alterações significativas no processo de produção têxtil, sem contudo implicar transformações radicais. O processo continua descontínuo, sendo, ainda, um dos setores que mais empregam mão de obra. Seus operários deixaram de ser representativos do operariado fabril, cedendo o lugar às novas categorias de trabalhadores vinculados aos ramos industriais "modernos". O contingente de trabalhadores reduziu-se e, os sindicatos perderam influência.

Para a Inglaterra, berço dessa indústria, hoje é mais econômico comprar tecidos prontos de países do chamado terceiro mundo do que produzir em sua própria casa. As conquistas operárias tornaram a mão de obra muito cara. Mais que a produção industrial, propriamente dita, o que conta hoje em dia é a produção de tecnologia, papel mantido pelas primeiras potências industriais. Dessa forma a indústria têxtil ficou com a "periferia".

É na "periferia" que podemos falar do surgimento de um novo operariado - têxtil. Novo porque, praticamente inexistente no período anterior ou, quando existente, vinculado a processos tecnológicos e organizacionais obsoletos, modernizados a partir de programas estatais de desenvolvimento industrial. É o caso da indústria têxtil, nordestina e de seu operariado.

Este trabalho, resulta de pesquisa², que teve por objetivo, conhecer o novo operariado têxtil da Paraíba, formado a partir da instalação de indústrias incentivadas pela SUDENE - desde a década de 60.

* Comunicação apresentada no III Encontro Nacional de Estudos do trabalho, realizado no Rio de Janeiro em setembro de 1993. Trata-se de discussão preliminar de dados de pesquisa, desenvolvida junto ao SINE-PB e Departamento de Ciências Sociais da UFPB, com apoio do CNPq. Colaboraram em sua execução: Fernando Luis Silva, Maria Cristina R.Barreto, Petrônio P.Osias e Eliane A.Brocker. O texto foi revisado pelo Prof. Amador Ribeiro Neto. do DLCV-UFPB.

** Professor do Mestrado em Ciências Sociais da UFPB.

Depois de 20 anos da implantação dessas indústrias pouco se sabe sobre o perfil do operariado resultante. A industrialização implementada foi restrita e as fábricas instaladas não tiveram um efeito multiplicador atraindo outras fábricas. Mesmo assim, sua implantação implicou investimentos de infra-estrutura e crescimento do aparelho do Estado. Isto provocou uma dinamização das atividades econômicas, transformando a configuração espacial da cidade de João Pessoa, com alterações na estrutura social: crescimento da migração campo-cidade, surgimento de novas categorias sociais, etc.

O setor têxtil reúne um dos contingentes operários mais significativos do estado, seja em termos numéricos, seja de qualificação (seu processo de trabalho exige grande quantidade de trabalhadores semi-qualificados e qualificados), e mesmo de organização. A Grande João Pessoa, concentra 70% das indústrias do estado, as maiores e as mais modernas tecnologicamente.

Algumas questões orientaram a pesquisa. A preocupação com o tema partiu, inicialmente, de uma das reclamações constantes do empresariado brasileiro: a falta de mão de obra qualificada. No Nordeste, essas reclamações assumem maior intensidade, pelo caráter recente da industrialização. Todavia, a situação apresenta uma série de nuances que sempre foram desconsideradas: o baixo investimento em qualificação formal dos operários, o aprendizado efetivo no trabalho e, fundamentalmente, os baixos salários.

Outro dado significativo, refere-se à desqualificação do operário pela simplificação das tarefas, redução do tempo de aprendizado e, conseqüentemente, queda salarial e maior turn over da força de trabalho. O setor têxtil, em que pese esses fatores, exige uma mão de obra minimamente treinada e com certo nível de qualificação, o que, em tese, implicaria uma menor rotatividade de seus operários. A rotatividade pode ser onerosa para empresa pelo gasto de treinar mão de obra com conseqüente queda de produtividade. Por parte dos operários, os limites do mercado de trabalho não favorecem a rotatividade voluntária.

A maior permanência no emprego implica maior experiência e "profissionalização", maior identificação destes trabalhadores enquanto categoria. O mercado de trabalho têxtil e fabril, passa a ter especificidades que retardam o acesso de trabalhadores sem experiência fabril - ou mesmo urbana.

Por outro lado, a dimensão do parque industrial e, conseqüentemente, da concentração operária, influi decididamente na consolidação de uma cultura operária-entendida como hábitos e valores resultantes de uma vivência no universo fabril e que se estendem à vida cotidiana - caracterizando comportamentos individuais e coletivos.

Numa região onde mais da metade da força de trabalho sobrevive no mercado informal, o emprego na fábrica e a profissionalização decorrente, podem ser vistas como forma de ascensão social, uma situação de classe diferenciada no conjunto dos trabalhadores.

A industrialização paraibana: alguns antecedentes.

A indústria, durante a primeira metade deste século, teve participação pouco significativa na economia paraibana. Na maioria dos casos eram pequenas unidades fabris, ou oficinas artesanais. Em 1920, apenas 6,4% das indústrias existentes empregavam mais de 20 trabalhadores. Dos 251 estabelecimentos existentes, 169

ARTIGOS

eram considerados têxteis, empregando 1.818 operários de um total de 3.035 para todo o estado. Eram, em sua maioria, usinas de beneficiamento de algodão - no setor têxtil, de beneficiamento de couro, cigarros e bebidas. Apenas quatro estabelecimentos apresentavam uma concentração de operários superior a 100.

Até essa data existia apenas uma fábrica têxtil, a Cia. de Tecidos Parahybana - Fábrica Tibiry, fundada em 1891 no município de Santa Rita, que empregava aproximadamente 700 operários. Era uma das únicas que poderíamos chamar de "sistema fábriil" com uma organização da produção e relações de trabalho relativamente sistematizadas e vila operária.

Em 1924 começou a funcionar a Cia. de Tecidos Paulista - Fábrica de Rio Tinto, do grupo Lundgren de Pernambuco, no município de Mamanguape. Posteriormente a fábrica e sua vila operária, constituíram o único município monofábrica do estado: Rio Tinto.

Estas duas fábricas caracterizavam-se por relações de trabalho denominadas por Leite Lopes(1988) de "sistema fábrica-vila operária", onde a fábrica produzia e reproduzia a força de trabalho de que necessitava, através da vinculação trabalho-moradia, trabalho familiar e, um controle sobre a vida extra-fábrica dos operários. Esse sistema, com presença significativa na indústria têxtil, entrou em decadência nos anos 50, com a formação de mercados de trabalho e, a abundância de oferta de mão de obra nas diversas regiões do país. A integração física dessas regiões, o aguçamento da concorrência entre as fábricas, afetaram diretamente as fábricas nordestinas, acostumadas com mercados protegidos e produção baseada em trabalho intensivo.

Na década de 30 e 40, quatro indústrias têxteis foram fundadas no município de Campina Grande: a S/A Indústria têxtil de Campina Grande(1933) com 279 operários na produção, a Comércio e Indústria Marques de Almeida(1937) com 136, a Campinense Indústrias Gerais(1939) com 390, e o Cotonifício Campinense(1949) com 183 operários. Além dessas, outras funcionaram por curto espaço de tempo, com poucos registros sobre sua operação. Esse período correspondeu à crise pré-2ª guerra e à guerra propriamente dita, que favoreceu a exportação de produtos têxteis, beneficiando a indústria regional.

Em 1939, a indústria têxtil do estado era a primeira em valor da transformação industrial e a primeira em mão de obra ocupada, com 9844 trabalhadores vinculados ao setor, que incluía, também, as usinas de beneficiamento de algodão e a produção de tecidos artesanais e o 9º lugar na relação VTI/pessoal ocupado. Este quadro repetiu-se em 1949, mantendo a dianteira no VTI do estado e na mão de obra ocupada (10458), subindo para o 7º lugar na relação VTI/PO. Em 1959 ainda persistia a dianteira do setor têxtil, com 8.065 trabalhadores, agora em 5º lugar na relação VTI/PO. Em 1970, o setor continua em primeiro lugar no VTI e segundo no pessoal ocupado, com uma redução da mão de obra em torno de 32%, passando a 5548 trabalhadores, resultante das políticas de modernização do setor. A relação VTI/PO voltou para o 9º lugar.

A partir dos anos 60, com a implementação da política de desenvolvimento industrial da SUDENE, mesmo recebendo menos recursos que estados vizinhos como Rio Grande do Norte, Piauí e Alagoas, a Paraíba teve, até 1972, 117 projetos aprovados, com 44 em funcionamento, 19 voltados para modernização e 73 em fase de implantação. Manteve, até 1975, o 4º lugar do PIB entre os estados nordestinos,

entrando em declínio posteriormente. Entre 1970 e 1980 não atingiu a metade do crescimento industrial da região³. Mesmo assim, 33 das maiores empresas (de todos os setores), da região, encontram-se no estado.

TABELA 1 - INDÚSTRIAS TÊXTEIS - PARAÍBA

INDÚSTRIA	LOCAL	FUNDAÇÃO	PESS. OCUP.
1. TOALIA S/A Indústria Têxtil	J.Pessoa	24/08/68	Adm. 156 Prod. 455
2. CITEX Cia. Têxtil Industrial	J.Pessoa	20/12/72	Adm. 12 Prod. 608
3. Indústria Cirne Ltda.	C. Grande	26/05/75	Adm. 08 Prod. 12
4. CONTEPA Cooperativa Mista dos Têxteis do Estado da Paraíba	J.Pessoa	26/05/75	Adm. 03 Prod. ã consta
5. BRASTEX S/A	Sta. Rita	27/03/85	Adm. 02 Prod. 00
6. NORFIL S/A Indústria Têxtil	J.Pessoa	12/02/87	Adm. 31 Prod. 302
7. FINÁSA - Fiação São Marcos S/A	J.Pessoa	15/02/89	Adm. 05 Prod. ã consta
8. COTTON - Cia. Têxtil do NE	J.Pessoa	08/06/89	Adm. 03 Prod. 02
9. CINORD Ind. e Com. Ltda.	J.Pessoa	16/05/91	Adm. 26 Prod. 78

FONTE: Cadastro Industrial da Paraíba - 1992

Nesse período nove indústrias têxteis foram criadas no estado (veja-se tabela 1), algumas de porte considerável com produção voltada para mercado nacional e internacional. Permanece sendo o setor que mais emprega mão de obra no quadro geral da indústria de transformação, com 5523 trabalhadores, ou seja 27,5% do total de operários empregados (veja-se tabela 2).

Apesar de, historicamente, ter se constituído em setor majoritário na ocupação da mão de obra industrial, o operariado paraibano não se destacou em termos de organização e lutas sociais. Por se concentrar em unidades isoladas e dispersas pelo estado não se formou efetivamente uma cultura operária. A presença dessa categoria de trabalhadores na estrutura social do estado sempre foi secundária, o que talvez explique a quase inexistência de registros acerca de mobilizações reivindicatórias.

**TABELA 2 - TOTAL DE TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS
SEGUNDO RAMOS INDUSTRIAIS - PARAÍBA**

RAMO	Nº DE EMPRESAS	%	TOTAL DE TRABALHAD.	%
Bebidas e álcool	5	6,7	1.842	92,0
Couro e Peles	5	6,7	480	2,4
Edit. e Gráfica	3	4,0	355	1,5
Metalurgia	10	13,3	1027	5,1
Min. não metálic.	11	14,7	1665	8,3
Mobiliário	2	2,7	210	1,0
Papel e papelão	3	4,0	315	1,6
Perfumaria	1	1,3	53	0,3
Plástico	5	6,7	1393	6,9
Prod. Aliment.	10	13,3	3363	16,7
Borracha	1	1,3	160	0,8
Têxtil	11	14,7	5523	27,0
Vest. e Calçados	6	8,0	3493	17,3
Prod. Farmaceut.	2	2,7	275	1,4
TOTAL	75	100,0	20154	100,0

FONTE: Buonfiglio(1991:38)

O operariado têxtil: perfil

Foi aplicado um questionário a uma amostra de 97 operários, divididos, proporcionalmente, nas três principais fábricas de João Pessoa⁴. Destes, 68 (70%) foram respondidos por homens e 29(30%) por mulheres. Essa proporção, apesar de aleatória, reflete a distribuição por sexo no setor têxtil do estado. Dados de 1991, apontam 26,7% de mulheres e 73,3% de homens empregados neste setor industrial (Buonfiglio, 1991: 147). Entre as mulheres, 58,6% estavam na faixa etária de 18 a 25 anos. Os homens, 32,4% entre 19 e 25 anos e 29,4% entre 25 e 30 anos, ou seja 61,8%.

TABELA 3 - OPERÁRIOS TÊXTEIS - FAIXA ETÁRIA

IDADE	H	%	M	%	T	%
até 18 anos	—	—	04	13,8	04	4,1
de 19-25	22	32,4	13	44,8	35	36,1
de 26-30	20	29,4	03	10,4	23	23,7
de 31-35	11	16,2	05	17,2	16	16,5
de 36-45	13	19,1	04	13,8	17	17,5
>de 46	02	2,9	—	—	02	2,1
TOTAL	68	100,0	29	100,0	97	100,0

FONTE: pesquisa direta

Esses números acompanham a faixa de idade média do operário fabril, com declínio a partir dos 30 anos (conforme tabela 4). Todavia entre os têxteis, a faixa de 26 a 45 anos representa 57,7% dos trabalhadores empregados (notadamente entre os homens), o que pode ser atribuído à maior especialização⁵ exigida pelas fábricas e a permanência desses operários no mercado de trabalho.

Do total de operários 58,8% eram casados, 64,7% dos homens e 44,8% das mulheres. A preferência por trabalhadores casados vincula-se à maior responsabilidade esperada destes trabalhadores, dados seus compromissos com mulher e filhos. Para as mulheres, ao contrário, as solteiras tem menos obrigações familiares e, portanto, menor possibilidade de faltas em função dessas obrigações. Cerca de 60% dos casados tem filhos, e 70% possuem de 1 a 2 crianças. Apenas 22,7% dos cônjuges (majoritariamente os maridos) trabalham e, destes, apenas 18% em fábrica. Os demais distribuem-se em atividades diversas.

**TABELA 4 - EMPREGO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA EM 31/12
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - PARAÍBA**

FAIXA ETÁRIA	EMPREGO	%
10 - 14	109	0,28
15 - 17	968	2,50
18 - 24	11.924	30,86
25 - 29	7.570	19,60
30 - 39	10.157	26,30
40 - 49	4.849	12,55
50 - 64	2.375	6,15
65 ou mais	184	0,48
não declarado	496	1,28
TOTAL	38.641	100,0

Fonte: RAIS/1988

A distribuição geográfica deste operariado reflete a proximidade com fábricas ou propriamente do distrito industrial. É o caso do eixo da Avenida Cruz das Armas-BR-101: nos bairros de Cruz das Armas, Novais, Funcionários (I, II, III, e IV) Jardim Planalto, Grotão, Costa e Silva, E. Sátiro, Cepol e Gauchinha, Jardim Veneza, residem 47,4% dos operários têxteis. Seguem-se as cidades-dormitório de Bayeux e Santa Rita com 14% e o eixo Rangel-Cristo-Geisel com 12,4%. Os 26% restantes distribuem-se pelos demais bairros populares da cidade. Grande parte dos bairros

ARTIGOS

citados são conjuntos residenciais construídos a partir de 1970, acompanhando a expansão da cidade com a instalação do distrito industrial.

Sem tradição operária significativa, não se formaram em João Pessoa bairros operários como em São Paulo, no Rio de Janeiro ou mesmo em Recife, onde a história da cidade, de suas lutas sociais, de sua expansão geográfica, refletiram momentos do processo industrializante. Os atuais bairros operários ou foram recém-construídos como resultado das políticas habitacionais do BNH, ou são antigos bairros populares, periféricos da cidade até então, local de origem de parte do novo operariado. A exceção fica por conta de Santa Rita, nas proximidades da capital, com sua fábrica têxtil e vila operária.

Cerca de 63,9% dos operários, residem em casa própria ou financiada. Vale observar, ainda a existência de vilas operárias, embora pouco significativa, em termos de operários residentes. A vila agora virou "conjunto", ou "granja" da fábrica. Não apenas uma mudança semântica. Ela deixou de ser espaço de "formação" da força de trabalho (Leite Lopes, 1988), mas manteve a característica de garantir a mão de obra imprescindível ao funcionamento da fábrica. As casas agora vão para diretores, mestres, contra-mestres - enfim para os ocupantes dos cargos de confiança, os quais podem ser chamados a qualquer hora, em casos de urgência, ou quando necessário.

Origem e entrada no mercado de trabalho.

Uma das características do novo operário fabril, é sua origem eminentemente urbana, seja operária ou não. Os 20 anos de funcionamento do distrito industrial e a migração de outras cidades com fábricas têxteis, levou à formação de um operariado com certa experiência fabril.

Quase metade dos entrevistados (46%) eram naturais das zonas urbanas de João Pessoa ou de municípios da Grande João Pessoa: Santa Rita, Bayeux e Cabedelo; 12,4% de cidades com fábricas têxteis como Rio Tinto, Campina Grande, Goiana, Paulista e Recife. Cerca de 25,8% eram do interior da Paraíba, sendo que 52% de áreas urbanas e 48% de áreas rurais. De um total de 55 migrantes, 70% estavam a mais de 6 anos em João Pessoa, o que permite inferir acerca da importância da experiência urbana no emprego fabril, assim como da constituição de redes sociais que lhes facilitem o acesso a esse mercado de trabalho.

Apenas 21,0% eram filhos de agricultores ou trabalhadores rurais. Nos demais, os pais eram trabalhadores urbanos sendo que, destes, 21,0% eram filhos de operários fabris - um indicador da baixa mobilidade ocupacional destes trabalhadores, com a permanência geracional na atividade, a fábrica constituindo-se num caminho a seguir (três declararam que os filhos já trabalhavam: dois eram operários de fábrica). Todavia, a porcentagem de filhos de operários da construção civil - 15,9% - pode mascarar a origem rural, uma vez que a construção civil é uma das portas de entrada no mercado de trabalho urbano. Mesmo assim, a origem urbana é predominante, e mais ainda, operária se somarmos os setores considerados operários *strictu sensu* (vinculação direta com a produção): fabril/construção civil e transportes: um total de 45%.

Em 81% dos casos a mãe não trabalhava fora de casa. Esse padrão não é uma exclusividade local, sendo característica da maioria do operariado fabril no Brasil, não só a mãe, como a esposa.

Esse dado, junto com a baixa participação feminina na indústria têxtil local (lembrar que a indústria têxtil foi pioneira na utilização de mulheres e crianças havendo no Brasil, quando não maioria feminina, pelo menos um equilíbrio entre homens e mulheres) revela duas ordens de fatores: a primeira de natureza econômica, reflete o desenvolvimento econômico da Paraíba⁶, uma industrialização e um mercado de trabalho limitados, onde a presença masculina é preponderante. Cargos tidos como femininos são ocupados por homens pela escassez de empregos oferecidos no mercado e a precedência do "chefe de família". O segundo, não totalmente independente, reflete fatores de ordem cultural numa sociedade onde o papel da mulher continua predominantemente doméstico, garantindo a reprodução do grupo familiar.

Existe uma valorização, por parte dos operários, da divisão sexual do trabalho tradicional, com atividades femininas restritas ao lar e, a subordinação da mulher ao homem. Segundo Durhan (1980:202), a valorização da família e da vida doméstica pelos operários não é uma característica brasileira ou de sociedades de industrialização recente. Estudos sobre a formação da classe operária inglesa demonstram a solidez da vida doméstica, e dessa divisão sexual do trabalho, não como apego ao passado, mas superação de uma situação de miséria e desorganização familiar. O trabalho feminino representa a impossibilidade do grupo familiar de se manter, pelos baixos rendimentos ou por sua irregularidade. A superação dessa situação, se daria com a estabilização, o emprego regular. Nesse sentido, a família matrifocal apareceria mais como condição de miséria do que proposta de um relacionamento mais livre entre os sexos. Pesquisa com operários pernambucanos aponta para uma representação do trabalho feminino como resultado da "falta de homem em casa", mulheres sozinhas e com filhos que são obrigadas a irem para a fábrica e se tornam submissas às chefias em função da necessidade do emprego, sendo comum serem molestadas sexualmente (Lima: 1992).

Depoimentos de diretores/gerentes de fábricas locais, referindo-se às dificuldades de utilizar trabalho feminino quando da instalação das indústrias, destacavam as resistências de pais e maridos. Para o homem, manter a mulher em casa é um sinal de que é capaz de manter seu papel como provedor e garantia de uma vida doméstica mais cômoda (Durhan, 1980: 20). Entretanto, deve ser lembrado que fábricas tradicionais utilizavam essa mão de obra. A fábrica Tibiry (Cia. de Tecidos Paraíba) na cidade de Santa Rita, possuía vila operária e seu turno de trabalho tinha um intervalo de 4 horas. Entrava-se às 6 horas da manhã, saía-se às dez, entrava-se às catorze e saía-se às 18 horas. Esse horário possibilitava às operárias a manutenção de um cotidiano doméstico sem alterações substanciais.

O emprego e a profissionalização

Os operadores de máquinas - tecelões, fiandeiros, operadores de conicaleira, de urdideira, de maçarocqueira - constituíram a maioria- 48,4% - da amostra, seguidos pelos mecânicos- 17,5% - e auxiliares de produção - 13,4. São os trabalhadores mais representativos do operariado têxtil. São considerados semi-especializados (os operadores) e qualificados (mecânicos). Os primeiros, por suas funções não exigirem um tempo longo de aprendizado ou mesmo um aprendizado formal, como é o caso dos segundos. De qualquer forma, tratam-se de ocupações que profissionalizam o operário, facilitando seu trânsito no mercado de trabalho desse setor industrial.

Uma das explicações para o fato é o caráter descontínuo do processo de produção que se dá em três etapas distintas e independentes, embora conexas: a fiação, a tecelagem e o acabamento. Cada etapa subdivide-se em diversas operações, operações estas que exigem operários específicos.

As mulheres concentram-se em funções menos qualificadas, como operadoras de máquinas (tecelãs, fiandeiras), costureiras e desqualificadas, como serviços gerais de suporte e auxiliares de produção. Este fato reflete-se, também, em menores salários.

TABELA 5 - FUNÇÃO/OCUPAÇÃO-SEXO

FUNÇÃO/ OCUP.	T	%	H	%	M	%
Aux.serv. gerais	06	6,2	01	1,5	05	17,2
Operador de máquinas	47	48,4	33	34,0	14	48,3
Mecânico	17	17,5	17	17,5	--	--
Aux.de prod.	13	13,4	07	10,3	06	20,7
Costureira	06	6,2	02	2,9	04	13,8
Eletricista	01	1,0	01	1,5	--	--
Téc. têxtil	01	1,0	01	1,5	--	--
Supervisor	02	2,1	02	2,8	--	--
Outros	04	4,1	04	5,9	--	--
TOTAL	97	100,00	68	100,00	29	100,00

FONTE: pesquisa direta

TABELA 6 - IDADE DE ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO

IDADE	T	%
até 10 anos	03	3,1
de 11 a 14	15	15,5
de 15 a 18	44	45,4
de 19 a 21	21	21,6
de 22 a 25	05	5,2
de 26 a 30	05	5,2
> de 30	04	4,0
TOTAL	97	100,00

FONTE: pesquisa direta

A entrada no mercado de trabalho ocorreu cedo para 64% dos trabalhadores. Aos dezoito anos já estavam nas fábricas(tabela 6). Para 39,2% dos entrevistados a fábrica foi o primeiro emprego. Entre os 60,8% restantes, 78% já tinham trabalhado em fábrica, e destes 47,5% em fábricas têxteis. Embora a rotatividade seja grande, a experiência e "profissionalização" referidas faz com que parte desses operários permaneçam no mercado de trabalho fabril. A alegação dessa permanência, é certa facilidade em conseguir o emprego, favorecida pela experiência (veja-se tabela 7).

TABELA 07 - EMPREGOS ANTERIORES

EMPREGOS ANTERIORES	T	%
Indústria	18	30,5
Indústria Têxtil	28	47,5
Const. civil	02	3,4
Transportes	01	1,7
Comércio	06	10,2
Serviços	03	5,0
Outros	01	1,7
TOTAL	59	100,0

FONTE: pesquisa direta

A rotatividade entre operários é desigual entre as fábricas pesquisadas. Uma delas, com salário menor, registra o maior índice. Nas demais, a permanência é maior. Cerca de 41,2% do operários tinham até 2 anos de casa. A partir daí, apesar dos percentuais reduzirem, os índices de permanência são bastante significativos. Quase 30% da amostra tinham mais de 5 anos de casa, e outros quase 30% entre 2 e 4 anos o que indicam uma estabilidade⁷ razoável da força de trabalho, ou seja, quase 60%.

Recrutamento e qualificação

Fizemos algumas referências a importância das redes sociais no recrutamento de operários pelas fábricas, isto porque pesquisas tem demonstrado que a indicação por familiares, amigos ou conhecidos se constitui no "grosso" dos operários selecionados por fábricas(Lima: 1992, Buonfiglio: 1991). O fato não é recente. Leite Lopes(1988) demonstrou ser este o método utilizado por fábricas pernambucanas na formação e manutenção de sua força de trabalho na primeira metade deste século. As fábricas modernas continuam recorrendo a esse expediente por sua funcionalidade. A indicação funciona como elemento adicional de pressão sobre os trabalhadores garantindo maior disciplina, além de suprir as necessidades de mão de obra. Por outro lado, mantém relativamente "fechado" o mercado de trabalho àqueles que participam dessas redes sociais. Entram aqui de forma privilegiada os operários de outras fábricas, já com experiência consolidada.

TABELA 8 - TEMPO DE SERVIÇO

TEMPO DE SERVIÇO	T	%
até 1 ano	24	24,7
de 1,1 a 2,0	16	16,5
de 2,1 a 4,0	28	28,9
de 4,1 a 5,0	07	7,2
de 5,1 a 7,0	07	7,2
de 7,1 a 10,0	05	5,2
de 10,1 a 15,0	09	9,3
> de 15	01	0,1
TOTAL	97	100,0

FONTE: pesquisa direta

Com a instalação do distrito industrial, o recrutamento inicial foi feito entre trabalhadores oriundos de escolas técnicas que foram treinados para formar operários. Funcionavam nesse momento a porta de fábrica e as informações passadas por redes informais. Foram recrutados, também, ex-operários de fábricas como Tibiry e Rio Tinto já com experiência - mas em equipamentos obsoletos. Estes foram aproveitados e treinados em novas máquinas e funções, se adequando às normas disciplinares/organizacionais das novas fábricas.

TABELA 9 - FORMAS DE RECRUTAMENTO

FORMAS DE RECRUTAM.	T	%
amigos, parentes e conhecidos	68	70,1
anúncio em porta de fábrica	20	20,7
anúncio em jornal	04	4,1
agência de empregos	03	3,1
SINE	01	1,0
outros	01	1,0
TOTAL	97	100,0

FONTE: pesquisa direta

A indicação como forma dominante de recrutamento é majoritária em todos os cargos da produção (tabela 10). Na função de mecânico a indicação aparece com um percentual menor, embora majoritária. Isto pode ser explicado pela qualificação exigida pela função.

O aprendizado da função dá-se majoritariamente através da observação do trabalho de colegas mais experientes - 64%; segue-se a formação em escolas profissionais - 24,7%, o que reflete o afirmado anteriormente sob formas iniciais de recrutamento, além das necessidades de formação exigidas pelas fábricas.

TABELA 10 - FORMAS DE RECRUTAMENTO/FUNÇÃO

FUNÇÃO	T	%	i	%	apf	%	aj	%	S	%	A	%	O	%
aux. serv. gerais	7	100	6	85,7	1	14,3	-	-	-	-	-	-	-	-
oper. máq.	46	100	36	78,3	7	15,2	2	4,3	1	2,2	-	-	-	-
mec.	17	100	10	58,8	5	29,4	-	-	-	-	2	11,8	-	-
aux. prod.	13	100	9	69,2	2	15,4	1	7,7	-	-	1	7,7	-	-
costureiro	6	100	4	66,7	2	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-
eletricista	1	100	-	-	-	-	-	100	-	-	-	-	-	-
téc. têxtil	1	100	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
supervisor	2	100	-	-	1	50,0	-	-	-	-	-	-	150	-
outros	4	100	2	50,0	2	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-

i - indicação; apf - anúncio porta de fábrica; aj - anúncio jornal; S - SINE;

A - agências de emprego; O - outros.

FONTE: pesquisa direta

A escolaridade se constituiu num problema para as fábricas instaladas a partir de 60, não somente na Paraíba, mas no Nordeste em geral. As primeiras fábricas começaram a exigir o primeiro grau completo abandonando, posteriormente, essa exigência pela impossibilidade de preencher as vagas, já que aumentar o salário não estava nos planos. Atualmente, o índice de escolaridade aumentou, subindo também o nível de exigência das fábricas. Da amostra pesquisada, apenas 1 operário era analfabeto e se ocupava com serviços de conservação dos prédios. Os demais, 52% tinham até o primeiro grau - embora apenas 18% tenham efetivamente completado; 43% o segundo grau - 23,7% completo. Apenas um tinha curso superior. As mulheres eram as menos escolarizadas da amostra, 48,3% não completaram o 1º grau.

TABELA 11 - ESCOLARIDADE/SEXO

ESCOLAR./SEXO	T	%	H	%	M	%
1º gr. incompl.	34	35,1	20	29,4	14	48,3
1º grau completo	18	18,6	12	17,6	06	20,7
2º grau incompleto	20	20,6	17	25,0	03	10,3
2º grau completo	23	23,7	17	25,0	06	20,7
superior	01	1,0	01	1,5	-	-
analfabeto	01	1,0	01	1,5	-	-
TOTAL	97	100,0	68	100,0	29	100,0

FONTE: pesquisa direta

Os dados da amostra ficam acima do conjunto da indústria de transformação do estado conforme demonstra a tabela abaixo:

TABELA 12 - EMPREGO SEGUNDO GRAU DE INSTRUÇÃO EM 31/12/88
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - PARAÍBA

GRAU DE INSTRUÇÃO	EMPREGOS	%
Analfabetos	4.836	12,50
4ª série incompleta	10.576	27,40
4ª série completa	7.311	19,00
8ª série incompleta	5.693	14,70
8ª série completa	2.759	7,14
2º grau incompleto	2.123	5,50
2º grau completo	2.707	7,00
Superior incompleto	695	1,80
Superior completo	834	2,10
Não declarado	1.107	2,86
TOTAL	38.641	100,00

FONTE: RAIS, 1988

Salários e condições de trabalho.

Os salários na indústria têxtil, ficam um pouco abaixo da média (2,01) da indústria de transformação do estado, com 1,7 salários (tabela 17). Cerca de 75,5% da mão de obra ganham de 1 a 3 salários mínimos (tabela 13).

TABELA 13 - SALÁRIO MÉDIO SEGUNDO RAMO INDUSTRIAL
PARAÍBA 1991

RAMO	SAL.MÉDIO	DESVIO PADRÃO
Bebidas e álcool	2,44	0,71
couro e peles	1,66	1,21
edit. e gráfica	1,28	0,57
metalúrgica	2,66	3,98
minerais não-met.	2,30	3,18
mobiliário	1,46	1,25
papel e papelão	2,27	2,06
perf. sabões e velas	2,51	2,77
plástico	2,38	2,92
prod. alimentares	1,64	1,39
têxtil	1,73	1,43
vestuário/calçados	2,07	2,03
prod. farmac.	1,72	1,25
TOTAL	2,04	2,30

FONTE: Relatório de pesquisa "Tecnologia e organização do trabalho no setor industrial da Paraíba" (1991:152)

TABELA 14 - SALÁRIOS/SEXO - OPERÁRIOS TÊXTEIS

	T	%	H	%	M	%
total	97	100,0	68	100,0	29	100,0
1 sal. mínimo	21	21,6	10	14,7	11	37,9
1,1, a 2 sm	32	33,0	18	26,5	14	48,3
2,1 a 3 sm	26	26,8	22	32,4	4	13,8
3,1, a 5 sm	10	10,3	10	14,7	—	—
5,1 a 7 sm	03	3,1	3	4,4	—	—
+ de 7,1 sm	03	3,1	3	4,4	—	—
não respondeu	02	2,1	2	2,9	—	—

FONTE: pesquisa direta

Cerca de 54,6% dos trabalhadores da amostra ganham de 1 a 2 salários mínimos. A faixa entre 2,1 a 3 agrupa 26,8% dos trabalhadores. As mulheres ganham menos, sendo majoritárias na faixa de 1 salário mínimo e minoritárias a partir de 2,1 salários. A faixa dominante entre as mulheres é de 1,1, a 2 salários. Existe uma variação salarial entre as fábricas pesquisadas. Duas delas mantêm salários um pouco acima do mercado como forma de garantir força de trabalho de "melhor qualidade". Isto aparece também na assistência oferecida aos operários, que é diferenciada.

TABELA 15 - SALÁRIOS/FÁBRICA

			FÁBRICA 1		FÁBRICA 2		FÁBRICA 3	
	T	%	T	%	T	%	T	%
1 sal. mínimo	21	21,6	02	6,1	—	—	19	59,4
1,1 a 2 sm	32	33,0	09	27,2	11	34,4	12	37,5
2,1 a 3 sm	26	26,8	13	39,3	12	37,5	01	3,1
3,1 a 5 sm	10	10,3	05	15,2	05	15,6	—	—
5,1 a 7 sm	03	3,1	02	6,1	01	3,1	—	—
+ de 7,1 sm	03	3,1	—	—	03	9,4	—	—
não resp.	02	2,1	02	6,1	—	—	—	—
TOTAL	97	100	33	100	32	100	32	100

FONTE: pesquisa direta

Por assistência diferenciada entenda-se o serviço próprio de ônibus (F2 e F3), grêmio, creche. A fábrica que melhor condições oferece é também a considerada mais exigente em termos de trabalho. Esta não possui transporte próprio, fornecendo vale. Existe duas linhas de ônibus regulares até o portão da fábrica. Uma até o centro

da cidade no eixo BR-Cruz das Armas e outra para Santa Rita/Bayeux, percursos onde reside a maioria dos operários. A que melhor paga, em termos salariais, tem uma administração considerada autoritária, assim como problemas referentes à produção: resíduos em excesso, falta de equipamentos de segurança, etc.

As fábricas trabalham, normalmente, em três turnos que, com algumas variações, são os seguintes: das 22 às 5 horas; das 5 às 13 e das 13 às 22 horas. Além desses há um turno único das 7:30 às 16:30, 6 dias por semana, com 2 dias de folga.

Apenas 11,5% dos operários afirmaram que faziam horas extras; outros 7,7% disseram que faziam eventualmente e, a maioria - 80,8% - disse que não. Em uma das fábricas sugeriram que nem sempre estas horas eram pagas.

Os turnos de trabalho rotativos, a intensidade do trabalho e o conseqüente cansaço, fazem com que a atividade na fábrica seja a única atividade remunerada da maioria desses trabalhadores. Contudo, alguns se animam a complementar a renda fazendo biscates após o horário de trabalho, nos finais de semana, ou mesmo nos interstícios do turno da fábrica. Este é o caso dos "biscateiros" que complementam a renda com o comércio informal de roupas e pequenas mercadorias vendidas em casa, ou mesmo na fábrica. Dentre os 19,6% dos operários que disseram ter fontes complementares de renda, 36,8% dedicam-se a essa atividade. Os demais prestam serviços especializados eventuais como costureiras, eletricitas, marceneiros, chaveiros - 36,8% -, ou ainda como taxistas, 21%.

O status de operário

O emprego na fábrica se constituiu em opção para 30% dos pesquisados. Estes afirmaram ser a fábrica seu objetivo, basicamente pela segurança do salário no final do mês - 48,3%; da segurança do emprego que a fábrica possibilita - 24,1%, e pelo aprendizado de uma profissão 17,2%. Isto é mais presente entre os homens.

Para os outros 66%, o emprego na fábrica decorre da falta de melhores opções no mercado de trabalho, seja pela exigüidade de oferta em João Pessoa, seja pela situação pessoal desfavorável, em termos de qualificação, ou ainda pelo fato de terem se profissionalizado e o trabalho na fábrica ser o único que conhecem. De qualquer forma, independente do grau de opção, a fábrica possibilita uma profissionalização relativamente rápida. Uma indicação da fábrica como opção, mesmo involuntária, aparece nas respostas sobre desemprego. Cerca de 63,9% tiveram várias experiências de desemprego, mas 51,5% responderam que só procuraram emprego em fábricas.

No geral os operários afirmam gostar de trabalhar na fábrica - 78%, porém o alto índice não significa satisfação no trabalho. Perguntados sobre porque gostam de trabalhar na fábrica as respostas foram variadas, destacando-se o gostar do trabalho, a natureza simples e "tranqüila" do trabalho realizado, os amigos, o ambiente da fábrica, e a garantia - já referida -, de emprego e salário.

Algumas respostas não poderiam ser consideradas como "satisfação", como "preciso trabalhar" ou "tanto faz". A maioria, contudo, aponta questões objetivas como a garantia da subsistência, a natureza do trabalho e, algumas de ordem subjetiva, como as amizades e o relacionamento social. Poucos consideram a situação positiva prospectivamente. É o caso da possibilidade de ascensão profissional, vista por apenas 3,8% dos operários.

Entre os 19% que responderam não gostar de trabalhar na fábrica, 31,6%, atribuíram esse desgosto às condições de trabalho ruins; 21,0% à natureza do serviço desgastante e repetitivo; 10,5% às exigências e exploração no trabalho; 10,5% aos baixos salários; 10,5% ao querer fazer outras coisas; com índices menores, a falta de liberdade, a falta de perspectiva e a falta de opções. Deve-se observar que a questão salarial não é apontada como problema principal.

Uma questão de controle, no final do questionário, permite discutir melhor a satisfação/insatisfação com a condição operária. Nesta, 60% dos entrevistados afirmaram não desejarem continuar como operários. A autonomia aparece como principal desejo desses trabalhadores: "abrir um comércio próprio", não ter patrão (31,6%); ou ainda "fazer outras coisas" se ocupar de atividades "longe da fábrica" (30,0%). O trabalho na fábrica, ser operário, é visto negativamente - "é humilhante", "desgastante", "repetitivo", "sem futuro", "sem liberdade", "vida ruim", "operário não tem vez".

Nota-se que o desejo de autonomia não passa por um retorno ao campo. Essa não idealização do meio rural reflete experiência urbana consolidada e consciência da precariedade das condições de trabalho no meio rural nordestino. Ter uma roça não faz parte do ideário desses trabalhadores. Autonomia significa "um comércio".

Assim, o fato de estarem satisfeitos com um emprego na fábrica não significa satisfação em ser operário. Talvez não tenham outro jeito, dentro das condições objetivas em que vivem. O trabalho manual, pesado e sujo, que caracteriza as ocupações fabris, é visto negativamente pelos operários que muitas vezes idealizam a "limpeza" do trabalho em escritório - que em tese seria o oposto: limpo, mais intelectual, leve (veja-se Rodrigues, 1970, Dejours, 1988). Por outro lado, o processo de trabalho na fábrica com sua disciplina, controle, divisão do trabalho, monotonia, ausência de liberdade e autonomia, retira qualquer significado à atividade em si, fazendo com que a representação do operário sobre seu trabalho seja desvalorizada. Como afirmou um trabalhador "ser operário não dá status".

Trabalhadores e o sindicato

O grau de sindicalização de uma categoria pode ser considerado um indicador de coesão e identidade do grupo. A filiação a um sindicato pode refletir a necessidade de contar com um instrumento de reivindicação, de participação nas lutas da categoria, mas também, um desejo de ter acesso aos serviços assistenciais.

Os metalúrgicos de São Bernardo do Campo tem um índice alto de sindicalização - 64%, numa região de grande concentração industrial e operária que favorece a organização e mobilização dos trabalhadores. Concentram trabalhadores altamente qualificados, e com uma faixa salarial elevada, comparativamente a outras categorias - e com grande poder de barganha nas lutas salariais.

Mas assim como sindicalização não significa mobilização, o mesmo ocorre com qualificação e altos salários. Os têxteis de Recife tem um índice de sindicalização de 66,7% - maior, portanto, que os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, com menores salários e qualificação. Embora com um parque industrial menor, a capital pernambucana tem uma tradição têxtil centenária e uma cultura operária consolidada. A natureza do processo de trabalho têxtil também exige um grande número de operários qualificados e semiquilificados o que implica uma maior permanência no

mercado de trabalho. As características deste mercado e a relativa escassez de trabalhadores com experiência fabril, fazem com que haja um maior sentido de profissionalização. Por outro lado o sindicato, numa região como Pernambuco é um importante instrumento assistencial pela precariedade dos serviços estatais, o que pode explicar o alto índice de associados.

A situação paraibana se aproxima da pernambucana na questão dos mercados "cativos", no número elevado de "profissionais" e nas necessidades assistenciais, apesar do parque industrial restrito e da ausência de uma tradição operária. Na amostra estudada, a maioria dos operários era sindicalizada - 58,8%. Os homens eram maioria 42,3%, e as mulheres apenas 16,5%. Essa diferença traduz a menor participação feminina nas atividades extra-fábrica.

O Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de João Pessoa, surge com a consolidação do distrito industrial sendo, portanto, recente. Sua organização deu-se num momento de redemocratização da sociedade brasileira e rearticulação das diversas categorias de trabalhadores com a desagregação progressiva do regime militar - e de seus órgãos repressivos - a partir da metade da década de 70.

Primeiramente foi fundada a Associação dos trabalhadores têxteis de João Pessoa em janeiro de 1977. A carta sindical - o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho - aconteceu dois anos depois. Em 1979 a Associação tornou-se sindicato com estatutos, registro em cartório, ata da reunião de fundação, CGC e informações sobre os membros da diretoria, conforme exigências do Ministério.

O presidente da Associação foi aclamado como presidente do Sindicato, tendo permanecido à sua frente até as eleições de 1982. Sua atuação era considerada discreta, sem enfrentamentos com as fábricas, o que destoava do momento histórico de ressurgimento do sindicalismo nacional, provocando descontentamento e o aparecimento de uma oposição sindical.

A Associação foi produto de uma lenta reorganização operária estimulada por partidos políticos de esquerda, Igreja Católica e intelectuais. Destacou-se nessa reorganização, como em todo o país, o papel da Pastoral Operária.

Os membros da Pastoral reuniam-se nos bairros com jovens e trabalhadores de fábricas. O movimento foi chamado de inter-fábricas e se propunha a discutir a condição operária, suas necessidades e formas de luta. Este questionamento estendeu-se à atuação do recém-criado sindicato, vindo a constituir-se na Oposição Sindical.

A Oposição Sindical tinha como pressupostos da organização e luta operária os princípios defendidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, de maior combatitividade e autonomia frente ao Estado. Nas eleições de 1982 a Oposição teve a maioria dos votos. Em 1984 aderiu formalmente à Central Única dos trabalhadores, o primeiro sindicato do estado a assumir essa posição.

Com postura mais agressiva, e refletindo as mudanças na organização dos trabalhadores nacionalmente, o Sindicato encaminhou diversas lutas localizadas na maioria das fábricas da cidade. A chapa eleita em 1982 vem sendo reeleita, com algumas modificações em sua composição, até hoje.

Solicitados a opinar sobre o sindicato 25,8% dos trabalhadores não responderam, 25% consideraram boa sua atuação; 17,4% disseram não saber, não ter informação a respeito e 30% o consideraram que não faz nada ou que sua atuação é ruim. Se

atribuirmos as não respostas à falta de informação, a imagem do sindicato frente à categoria não está das mais positivas. Teríamos 43,2% de desinformados e 30% de insatisfeitos. Entre os sindicalizados a imagem esta melhor: 44,6% consideravam boa sua atuação.

Entre os sindicalizados, 54,4% tinham mais de 26 anos e, destes, 19,3% mais de 36 anos, um indicador de uma participação maior, a partir de uma permanência maior na categoria.

Operadores de máquinas e mecânicos são majoritários entre as ocupações dos sindicalizados refletindo a proporção dos entrevistados e da estrutura ocupacional dominante na categoria de semi-qualificados e qualificados. Do total de operadores, 68,1% eram sindicalizados e 58,8% dos mecânicos. A escolaridade é maior também entre os sindicalizados: 64,9% tem pelo menos o 1º grau completo e 45,6% o 2º grau completo ou incompleto, indicando um nível de informação maior entre esses trabalhadores.

Em termos salariais, 55,4% dos sindicalizados ganham até 2 salários mínimos, refletindo também a escala da categoria.

Tais dados confirmam tendência apontada por Rodrigues(1970,1990) de uma maior participação sindical entre trabalhadores mais qualificados, com maior escolaridade, embora não necessariamente maiores salários. Nos têxteis paraibanos a escala salarial é limitada, não havendo um diferencial de salários significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A formação do operariado fabril paraibano dá-se num momento de redução dos contingentes operários em todo mundo, decorrente das inovações tecnológicas e organizacionais. Hoje em dia, numericamente, o "grosso" dos trabalhadores assalariados encontra-se no setor de "serviços". Mas ao contrário do que se propaga, este operariado não tende a desaparecer. O que acontece é a redução, ou mesmo o desaparecimento de setores operários e, o crescimento ou surgimento de outros. A própria definição de operário modifica-se.

Mesmo assim, no Brasil, os operários fabris são os trabalhadores com maior capacidade de organização, maior peso econômico e, conseqüentemente político. Uma greve de metalúrgicos no ABC paulista repercutiu nacionalmente, provoca mudanças políticas e econômicas, o que não ocorre, pelo menos na mesma intensidade, por exemplo, com comerciários, professores e outras categorias

Entretanto, existem diferenças substanciais no conjunto do operariado fabril. A natureza do processo de trabalho é uma das mais importantes. Determina o grau de controle e conhecimento do trabalho por parte do trabalhador.

Maior qualificação ou profissionalização, implica permanência no universo fabril, com uma mobilidade ocupacional restrita a este universo. Esta permanência, tendencialmente, leva a uma maior identificação enquanto categoria profissional e uma maior pré-disposição para participar de atividades organizativas.

O dados da pesquisa apontam para uma permanência maior dos têxteis no mercado de trabalho "setorial" e uma maior identificação enquanto profissionais, o que não significa uma valorização positiva do trabalho fabril. Não são apenas operários, são fiandeiros, tecelões, mecânicos - enfim "profissionais".

Enquanto categoria social, sua situação distingue-se do conjunto dos trabalhadores, com salários sensivelmente mais altos (ganham mais de um salário mínimo!), e melhor situação de mercado, frente ao conjunto da população economicamente ativa local, dada a miséria circundante.

A baixa concentração industrial influi na visibilidade social desses setores. Suas lutas são restritas. Mais do que lutar por salários, luta-se pela manutenção do emprego. A indústria local, dependente continuamente de incentivos estatais, vive numa instabilidade permanente. Fábricas abrem-se e fecham-se com certa facilidade. Um emprego numa grande fábrica é desejado por significar maior segurança. O trabalho fabril, desta forma, pode significar uma opção mais satisfatória num mercado de trabalho carente de opções.

NOTAS

1. Frase de um porta-voz do Congresso dos Sindicatos Britânicos, comentando o anunciado fechamento da Sociedade dos Tecelões, sindicato fundado há 102 anos, e que agora tem apenas 17 trabalhadores filiados. O fechamento de uma fábrica de tecidos em Lancashire eliminou o emprego de 5 de seus membros (Folha de São Paulo 22.03.93).
2. A categoria têxtil em João Pessoa engloba aproximadamente 2000 trabalhadores. Foi aplicado um questionário a uma amostra de 97 operários das três principais fábricas.
3. Os motivos dessa queda são discutidos por Buonfiglio et al (1991).
4. Em universo aproximado de 2000 trabalhadores da Capital.
5. Estamos utilizando o termo especialização como sinônimo de qualificação. A qualificação está sendo entendida não apenas como requisitos de conhecimentos exigidos para uma função determinada e, obtido por uma aprendizagem formal mas, também, o conhecimento adquirido através da experiência no trabalho.
6. Deve ser considerado que existe uma predominância masculina nos empregos industriais de forma geral, com exceção de alguns ramos específicos. Situação que se agrava em áreas de industrialização restrita.
7. Essa estabilidade foi observada também por Buonfiglio et al (1991).

BIBLIOGRAFIA

- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- BUONFIGLIO, Maria Carmela, et alii. Tecnologia e gestão do trabalho em 5 empresas do setor industrial da Paraíba. *Cadernos Tecnologia e Trabalho*(1). João Pessoa, 1990.
- , *Tecnologia e organização do trabalho no setor industrial da Paraíba*. Relatório de Pesquisa. João Pessoa, DCS-DEP, abril de 1992.
- BANDEIRA, Lourdes M. A Formação histórica do Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de João Pessoa. João Pessoa, UFPB/NDHIR- GT Sexo e Relações de Gênero, outubro de 1991.
- CEBRAP. *Estudo sobre as condições e as estruturas de poder no Nordeste pós-SUDENE. Relatório final*. São Paulo, junho de 1988.
- CORIAT, Benjamin. *El taller y el cronometro: ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en masa*. Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 1982.
- DURÃO, Jorge Eduardo S. O mercado de trabalho dos operários têxteis numa grande cidade regional. In LEITE LOPES et alii. *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

- DURHAM, Eunice. A família operária: consciência e ideologia. *Revista Dados*, vol 23(2), 1980.
- GALINDO, Nara Cristina N.T. *Indústria têxtil: inovações técnicas e qualificação do trabalho*. Recife, SENAI, 1987.
- HIRATA, Helena, & ROGERAT, Chantal. Technologie, qualification et division sexuelle du travail. *Revue Française de Sociologie*. Paris, XXIX, 1988.
- HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- LEITE LOPES, José Sérgio. *A Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo-Brasília, Marco Zero-Editora UNB-CNPq, 1988.
- LIMA, Jacob Carlos. *A formação do operariado fabril no desenvolvimento industrial de Pernambuco*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 1992.
- . Modernização industrial e estrutura ocupacional: o setor têxtil e metal-mecânico em Pernambuco. *Cadernos Tecnologia e Trabalho*(3), João Pessoa, 1992.
- . Experiência e qualificação: situação de mercado e situação de classe entre operários fabris. *Cadernos de Textos*(22). João Pessoa, MCS-UFPB, 1992.
- LOJKINE, Jean. *A classe operária em mutações*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
- MALLET, Serge. *La nouvelle classe ouvrière*. Paris, Editions du Seuil, 1969.
- MARANHÃO, Sydia et al. *Rotatividade da mão-de-obra na Região Metropolitana do Recife: aspectos econômicos, sociais e políticos e a percepção dos atores sociais envolvidos*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1987.
- MARGLIN, Stephen. Origem e funções do parcelamento das tarefas (para que servem os patrões?). In GORZ, André (org.). *Crítica a divisão do trabalho*. 2ªed. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- MARIN, Maria Cristina de Melo. Alternativas de trabalho e estratégias de consumo de operários numa grande cidade regional. In LEITE LOPES, José Sérgio et alii. *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MINTER-SUDENE-DI. *Pesquisa sobre indústria têxtil no Nordeste*. Recife, 1971.
- OFFE, Claus e HINRICH, Karl. Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectiva para o futuro da "sociedade do trabalho"*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989. Vol I A crise.
- PEREIRA, Verã Maria C. *O coração da fábrica: estudo de caso entre operários textéis*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- RIBEIRO, Antonio L., & LIMA, Márcia H. *Inovação tecnológica e formação profissional na indústria têxtil*. São Paulo, SENAI-SP, 1987.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- . *Partidos e Sindicatos: escritos de Sociologia Política*. São Paulo, Ática, 1990.